



TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: A DINÂMICA ESPACIAL DAS DIOCESES FLUMINENSES E CAPIXABAS

■ ANA CAROLINA LOBO TERRA¹

RESUMO

O ESTUDO DA TERRITORIALIDADE CATÓLICA NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO SE CONFIGURA PELA INTERPRETAÇÃO ESPACIAL DA GÊNESE E DA GESTÃO RELIGIOSA DAS DIOCESES FLUMINENSES E CAPIXABAS, RECONHECIDAS COMO TERRITÓRIOS RELIGIOSOS PELA CNBB (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL), ALÉM DE PRIORIZAR O LEVANTAMENTO E A COMPREENSÃO DAS REDES RELIGIOSAS QUE MARCAM A PAISAGEM. ATRAVÉS DA LEITURA DA RELIGIÃO, PRETENDE-SE RELATAR PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS OCORRIDAS NAS ÁREAS DE ESTUDO SELECIONADAS.

PALAVRAS-CHAVE: TERRITÓRIO RELIGIOSO; TERRITORIALIDADE RELIGIOSA; IGREJA CATÓLICA; DIOCESES CAPIXABAS; DIOCESES FLUMINENSE

Na confluência das relações entre o *espaço* – objeto primaz das análises geográficas, futuro imediato e passado imediato, presente conclusivo e inconclusivo, sempre em processo de renovação – e a *cultura* – parte integrante do escopo social – se torna possível ao geógrafo compreender as diferentes configurações sociais da atualidade (CORRÊA, 2003). Dentre as diversas possibilidades de estudos acerca da dimensão espacial da cultura, a materialização da fé vem se acentuando como tema de análise científica. A religião pode ser percebida em sua forma, função, processo e estrutura, através das quais produz marcas que identificam a organização singular no espaço geográfico. A crença, a fé e a prática

religiosa permitem ao homem religioso vivenciar seus espaços sagrados durante seus tempos sagrados (ELIADE, 1962).

Nesta investida geográfica, mediante a evolução temática da geografia da religião no Brasil, atrelar-nos-emos à discussão da religião em sua esfera política de ação. A religião cria territórios religiosos com o objetivo de atender sua demanda de fiéis e controlar objetos e coisas. Assim, tendo em vista a Igreja Católica – instituição hierárquica e burocrática, com forte presença na história do espaço brasileiro – entenderemos quais territorialidades foram utilizadas para ampliação de seu domínio e difusão de sua fé doutrinária. O recorte empírico se atém ao estudo da gênese e

da difusão dos territórios diocesanos fluminenses e capixabas.

TERRITÓRIO RELIGIOSO E TERRITORIALIDADE RELIGIOSA:
CATEGORIAS ESPECIAIS _____

Fickeler (1947), Deffontaines (1948), Sorre (1957), Sopher (1967) e Geertz (1989) endossam a ideia de religião como um sistema cultural, um sistema de símbolos capaz de tornar as coisas humanamente significativas. O lugar sagrado, advindo de revelações hierofânicas ou rituais de construção (ROSENDAHL, 1996), apresenta-se como *core* e exerce centralidade e força junto aos fiéis que o experienciam. Essa experiência acabará produzindo formas e funções religiosas. Berque (1998) relaciona como paisagem marca aquela advinda da experiência religiosa e reproduzida no lugar e como paisagem matriz a primeira impressa no espaço geográfico.

A religião, compreendida como um "sistema solidário de crenças e de práticas relativas à coisa sagrada, isto é, separadas, proibidas (...) reúne uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a adorem" (DURKHEIM, 1996, p.32). Ela apresenta um culto com periodicidade (ELIADE, 1962), uma doutrina composta pela ética e pelas práticas religiosas, além de ritos devocionais exclusivos (WEBER, 1991) e pode ser percebida em suas formas, funções, processos e estruturas através das quais produz marcas que identificam a organização singular no espaço geográfico. Nos estudos acerca da dimensão política do sagrado (ROSENDAHL, 2008), encontraremos a relação entre *religião, território e territorialidade*. Ao tratar a religião como prática social (ROSENDAHL, 1996), será possível descortinar estratégias e ações

adotadas por dada instituição religiosa com vistas à normatização do espaço geográfico. Assim, é mister compreender as categorias *território religioso* e *territorialidade religiosa*.

Como já elucidado, os territórios poderão ser regulados por diferentes agentes. Ao pensar na regulação dessas áreas por um agente religioso, teremos a categoria território religioso. Os territórios religiosos foram primariamente definidos como espaços apropriados afetiva ou efetivamente (ROSENDAHL, 1996). Tal definição deriva diretamente dos estudos de Sack (1986), segundo os quais tais territórios eram os territórios católicos, uma vez que o autor atinha sua discussão à estrutura administrativa da instituição católica. Com a sequência dos estudos na temática, Rosendahl (2005) propõe ler o território religioso como um território demarcado, controlado em seus acessos e ações por um profissional religioso. Este profissional especializado apresenta-se como chefe e representante deste espaço, conferindo a centralidade do mesmo (BOURDIEU, 1987). Na tipologia da religião em sua função na sociedade, Weber (1991) ratifica três agentes: (a) o profeta religioso, dotado de carisma; (b) o sacerdote, produtor do sagrado; e, por fim, (c) o leigo, consumidor do sagrado.

O sacerdote é o "funcionário do sagrado", responsável por difundir a doutrina e a ideologia da instituição religiosa. Responde ainda por distribuir e regular os bens de salvação, seguindo uma divisão hierárquica. O corpo sacerdotal, encarregado da manutenção do culto, funciona como um dos gestores do território religioso.

Os territórios religiosos são múltiplos e plurais. A vivência entre esses territórios múltiplos sempre

foi estudada na abordagem política. A harmonia da fé, pela literatura interpretada, nos alerta para a dimensão da aceitação ou não das diferentes religiões entre si. Fickeler (1947), em seus estudos, nos permite assimilar a categoria *tolerância religiosa*. Tal categoria possibilita estudos mais abrangentes acerca das relações entre as diferentes religiões e suas coexistências, pacíficas ou não, no espaço geográfico com seus territórios. Nos estudos de territorialidade religiosa, teremos como comportamento para a implantação de territórios três níveis, a saber:

- Coexistência pacífica;
- Instabilidade e competição;
- Intolerância e exclusão.

Rosendahl (2005) adiciona ao território religioso a visão do mesmo como reflexo de uma identidade cultural, amalgamada por um sentimento mútuo de pertencimento pelos seus integrantes. Nesse território, tanto o exercício da fé quanto a identidade religiosa do devoto encontram-se favorecidas (ROSENDAHL, 2008), tornando-o um geossímbolo (BONNEMAISON, 2002). Neste contexto, a categoria territorialidade religiosa trará em sua significação "o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território" (ROSENDAHL, 2008, p.195). Tal territorialidade só será mantida mediante a existência de um território religioso a fim de fortalecer as experiências religiosas coletivas ou individuais da religião.

O presente artigo reconhece a territorialidade religiosa e, ao analisá-la, reconhece na instituição religiosa o agente modelador do espaço geográfico que se insere. Por conta disso,

torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente. A criação, bem como a fusão de outros, envolve inúmeras localizações regionais, nacionais e internacionais, à semelhança do papel também exercido pelas grandes corporações. (ROSENDAHL, 2005, p.200).

Nesse sentido, faremos a análise do desenvolvimento da territorialidade numa organização complexa, hierárquica e religiosa, que possui em seus objetivos originais a redenção das almas e a divulgação da virtude: a instituição da Igreja Católica Apostólica (SACK, 1986). Na leitura desta instituição, perceberemos que

a igreja possui duas naturezas. A primeira constitui um sistema abstrato de fé e de doutrina, originando a Igreja invisível, a segunda refere-se às instituições sociais da Igreja e compreende seus membros, seus funcionários, suas regras e suas estruturas físicas e propriedades. Esta chamaremos de Igreja física ou visível. Edifícios da Igreja, propriedades, lugares sagrados, paróquias e dioceses são elementos na Igreja visível. São lugares separados por limite e dentro dos quais a autoridade é exercida e o acesso é controlado. Em outras palavras, são territórios. (SACK, 1986, p. 93).

Dentre os variados tipos de territórios controlados pela Igreja, destacamos aqueles marcados por forte identidade simbólica e de poder. Esses se encontram interligados às estruturas administrativas como paróquias, dioceses e arquidioceses. A diocese – unidade territorial

regional da Igreja Católica Apostólica Romana – é um

território religioso por excelência que apresenta em sua gestão a figura do Bispo, detentor de forte poder e mentor das práticas espaciais de seletividade espacial, desmembramento ou remembramento de dioceses, que ocorrem de diferentes formas no tempo e no espaço. (ROSENDAHL, 2005, p.203).

A compreensão da difusão da rede religiosa diocesana apresenta a estratégia territorial da Igreja Católica com uma dinâmica espaçotemporal ao longo do tempo histórico brasileiro. Santos (1991) clarifica essa questão ao afirmar que a organização do espaço geográfico é fruto de uma acumulação desigual de tempo. Assim, torna-se possível perceber neste estudo que os tempos não são iguais para as diferentes dioceses presentes no referido recorte geográfico. Nesse contexto, a religião se firma pela política e economia presentes em cada espaço e a difusão da fé católica é apresentada mediante a elaboração de tempos de difusão, os quais permitem desvendar a lógica de distribuição espacial das dioceses. Compreender *como e de que forma* esse processo ocorreu num amplo recorte espacial tal qual o espaço fluminense e capixaba, em uma longa escala de tempo, é a tarefa deste estudo.

Na ênfase da difusão das dioceses – responsáveis pela difusão da fé doutrinária – iniciamos desde a origem, os itinerários, as barreiras, os agentes, o tempo e o êxito da estratégia da Igreja Católica, relacionado tais estâncias dentro de um contexto histórico-temporal, de 1676 a 2008. Torna-se

então necessário o resgate da teoria da difusão adequando a realidade empírica. O que se procura oferecer é a importância da difusão na investigação da lógica territorializante da Igreja Católica, no espaço e tempo de análise, e como ela está intimamente atrelada à configuração territorial religiosa expressa entre muitas na rede diocesana. Traremos a análise dos estudos de periodização direcionados para a divulgação da ideia de religião católica.

O proposto exercício de periodização faz-se necessário a fim de introduzir a dimensão temporal no estudo da organização do espaço. Uma vez que “a cada sistema temporal o espaço muda” (SANTOS, 1991, p.42), torna-se fundamental mapear os tempos de uma realidade segundo suas respectivas ideologias e representações, diferentemente do que ocorria nos estudos pretéritos da Geografia. O espaço e o tempo se integram, gerando um movimento unitário que deverá ser tratado como um processo histórico de alto fundamento (HÄGERSTRAND, 1973). Logo, para unificar o tempo e o espaço é necessário empiricizar o tempo, torná-lo material e, assim, compreender ambos.

A história de um dado lócus deriva de elementos locais, desenvolvidos em sua esfera, e de elementos não-locais, advindos de diversos processos de difusão. Silva (1995, p.45) comunga com essa ideia ao pontuar que

A difusão de inovações impõe a coexistência e superposição de formas espaciais de períodos diferentes e contraditórios, um passado e um futuro, em que alguns elementos do espaço desaparecem enquanto outros se desenvolvem. A evo-

lução do espaço tem, portanto, a difusão de inovações como um dos processos de geografição de um conjunto de objetos e fenômenos sociais de diferentes eras. Daí a noção de espaço ser parte constituinte e constituída pela ideia de tempo. Cada fenômeno socioespacial difundido em seu tempo específico dentro de uma totalidade que se apresenta como um mosaico de eras. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis periodizações específicas para esses fenômenos que geram uma diferenciação espaçotemporal.

Em consonância com essa visão, leremos que os processos de difusão devem ser caracterizados por cada momento histórico, uma vez que os fatores que os impulsionam são particulares a cada fase da difusão. A leitura histórica deverá remeter-se às inovações do local no intervalo sancionado, além de relacioná-la às difusões percebidas num recorte escalar mais amplo (SANTOS, 2003). Assim, a periodização apresentar-se-á como uma "história espacializada, espacializando-se e a espacializar-se" (CORREIA, 200, p.40). Relatamos ainda que o espaço preexistente tanto condiciona como reflete as ações objetivadas pelos agentes inovadores (SILVA, 1995). Em nosso objeto de estudo, a Igreja Católica configura-se tanto como protagonista quanto como coadjuvante nos arranjos espaciais percebidos ao longo dos tempos recortados.

Cada lugar tem um tempo derivado de seu contingente de inovações. Nesse contexto, cada diocese – segmento da rede diocesana imposta – apresenta um tempo espacial próprio. A periodização espacial deste objeto conduzirá à reconstrução do tempo espacial, evidenciando os

diferentes momentos que caracterizam e resultam na organização espacial percebida. Reporta-se, ainda, que uma vez que a ação dos processos não ocorre com totalidade – realidade em sua integridade – no espaço objetivado, leremos diferentes configurações e teremos periodizações espacialmente desiguais.

Cada diocese surgirá de um dado contexto social e numa temporalidade distinta. Nesse sentido, com a definição dos instrumentos de periodização, apresentaremos, no próximo item, os períodos que ajudarão a compreender o planejamento territorial percebido nas redes diocesanas católicas implantadas nos espaços fluminenses e capixabas.

Num primeiro tempo histórico a territorialidade católica no espaço brasileiro caracterizava-se por territórios amplos, mal ou nulamente delimitados, dotados de insipientes meios de ação, sendo, superficialmente, apropriados e controlados. Essa realidade justifica-se pela escassez de bispos e dioceses em áreas extremamente amplas, pela lenta implantação de territórios diocesanos novos, devida aos desencontros entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé, somados à estrutura peculiar de padroado no Brasil, e pela dependência que os bispos tinha do poder real. A peculiaridade do regime do padroado no Brasil permitia um "roubo institucionalizado" uma vez que os dízimos saíam do Brasil, partiam a Portugal e voltavam à origem como um conjunto de favores concedidos (HOORNAERT, AZZI, GRIJP e BROD: 1983). Hoornaert (1983) endossa que, durante o período colonial, o subjugo da missão evangelizadora aos desígnios do poder real determinaram a ineficiência da tarefa de evangelização. A territorialidade

católica visava a garantir a apropriação de um amplo território caracterizado por um baixo contingente populacional (população estimada em torno de três milhões de habitantes) que apresentava um terço de escravos em sua constituição (PRADO JR, 1959). Em mais de oito milhões de quilômetros quadrados existiam apenas sete dioceses e duas prelazias (ROSENDAHL, 2003).

A territorialidade da Igreja Católica foi lentamente construída. Entre a criação da diocese de Salvador (datada de 1551) e as do Rio de Janeiro, Olinda e Recife e São Luís, todas na década de 1670, totalizam cerca de 120 anos. Tal implantação tardia associa-se tanto à ineficácia de valorização econômica e demográfica relatadas nesta colônia portuguesa quanto às dificuldades percebidas pela Igreja Católica. A amplitude do território fez com que a Igreja Católica adotasse, nos três primeiros séculos de evangelização, a implantação de novas unidades territoriais localizadas em pontos distanciados. Com esta estratégia territorial calcada na difusão de inovações por saltos, teremos distantes focos irradiadores da fé, a fim de possibilitar um controle mais efetivo do território brasileiro. Segundo esse modelo, configura-se a implantação da primeira diocese retratada em nosso estudo: a diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A primeira diocese criada no Estado do Rio de Janeiro impregnou na população da época uma nova consciência de identidade religiosa e de pertença à Igreja. Foi implantada em um dos três grandes centros regionais da rede urbana brasileira da época, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A diocese, datada de 1676 e reconhecida como Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro,

deriva da antiga prelazia de São Sebastião – criada sob a jurisdição espiritual do Bispo da Bahia em 1575 – e se encontra subordinada à Sé de São Salvador da Bahia. Em nosso estudo, centro de difusão inicial da Igreja Católica nos espaços fluminense e capixaba. Mediante a realidade já apresentada e alicerçada a análise do sistema vigente à época, a literatura nos permite refletir que, das estratégias territoriais adotadas pela instituição religiosa católica, nesse período, tem-se a regulação da ação religiosa em uma escala de abrangência local e não regional. Na ausência do poder diocesano, impresso em todo o recorte somente em datas específicas do calendário litúrgico, o profissional paroquiano atendia as demandas da população religiosa. Essa realidade começa a se modificar quando, a partir da Proclamação da República, em 1889, a territorialidade da Igreja Católica é intensificada. Tal intensificação associa-se à separação entre a Igreja e o Estado (datada de 1890), o que permite perceber o crescimento da autonomia de ação dessa instituição religiosa (HOONAERT, 1983).

Dentre outros fatores que modificaram a territorialidade religiosa da Igreja Católica no período, relatamos ainda a extinção do Regime de Padroado, a filosofia liberal e anticlerical da elite republicana brasileira – aportada no idealismo maçônico – e o aumento significativo do contingente populacional no território brasileiro. Assim, tornou-se necessário a Igreja Católica intensificar sua ação adotando como estratégia que “cada Estado da República recém-proclamada tinha que ter de imediato, pelo menos uma Diocese que pudesse conduzir os trabalhos pastorais e resolver os negócios eclesiais locais, uma vez que cada

Estado do País tinha uma realidade diferente" (CARNIELLI, 2005). A intensificação da ação da Igreja Católica resultou na densificação de sua rede diocesana. Essa densificação associa-se, na escala dimensional brasileira, a uma difusão por contiguidade que trazia em seu bojo a necessidade de um controle mais efetivo do território.

A territorialidade da Igreja Católica adotou um processo de seletividade espacial e criou novos territórios diocesanos. Dentre seus critérios, a Igreja procurava cidades que já eram ou se tornariam capitais político-administrativas, exprimindo assim forte centralidade. Nesse contexto, em nosso recorte empírico, teremos, em 1892, a implantação no espaço fluminense da diocese de São Lourenço de Niterói, situada na cidade portuária de Niterói – cidade de forte expressão na rede do Estado – e responsável, na época, pela gerência de partes do espaço fluminense, além da capitania do Espírito Santo. Com essa diocese, poderemos perceber dois novos focos de difusão da realidade em análise. Assim, tendo em vista a necessidade de se caracterizar cada etapa da difusão, pontuaremos as diretrizes primazes adotadas nesse estudo. Seguimos primeiramente com os tempos de difusão diocesanos impressos no espaço fluminense.

Na difusão das dioceses no espaço fluminense – marcado por abruptas diferenciações tanto no seu quadro físico quanto no socioeconômico, que o coloca em posição singular dentre os Estados brasileiros – poderemos reconhecer diferenciações socioespaciais figuradas no *planejamento territorial* da Igreja Católica. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na *hierarquia dos lugares centrais*

(CORRÊA, 1997 e RIBEIRO, 2000) e segue, a lógica de ocupação populacional desse Estado, ocorrendo em saltos na relação tempo-espço, partindo do litoral ao interior.

A fim de elucidar a implantação do território diocesano, criamos uma escala difusional para análise:

- i. O primeiro marco da difusão católica pontua-se como o **centro de difusão** desta análise. Nesse recorte, teremos somente a implantação da primeira diocese fluminense;
- ii. Com a proclamação da república (1889) e a separação entre a Igreja e o Estado (1890), que possibilitou a pluralidade religiosa presente no espaço brasileiro, a Igreja adotou como prática a implantação de dioceses em todas as Unidades Federativas recém-criadas, além de cidades que exerciam centralidades econômicas, e em centros que se localizavam em áreas de contato entre áreas de povoamento antigo e entre cursos (ROSENDAHL, 2005). Denominaremos as dioceses implantadas após 1890 como T1 (primeiro tempo);
- iii. A Igreja Católica apresenta-se flexível e dinâmica em suas apresentações. No contexto da pós-segunda guerra, quando a sociedade voltou-se ao extraordinário em suas percepções, a Igreja Católica imprimiu diferentes posturas a fim de manter-se com um grande contingente populacional religioso. No caso brasileiro, o momento da história que compreende os anos de 1955 e 1964 marca o período da Igreja Reformista, quando ocorreu uma

intensificação das mudanças internas desta instituição católica no Brasil (MAINWARING, 2004). A Igreja Católica, na década de 1960, se ausenta de um olhar meramente "elitista" e passa a creditar uma política de proteção aos "desfavorecidos" socialmente (BARBOSA, 2005). Assim, as dioceses implantadas neste período, configuram-se como o nosso T2 (segundo tempo) de análise. ;

- iv. A economia brasileira, em especial a economia fluminense, passou por diferentes etapas econômicas. O Estado do Rio de Janeiro configurou sua economia historicamente desde a exportação portuária até a presença de polos industriais e concentrações locais de bens e serviços. Tais pontos industriais conferem, desde a década de 1980, um aumento populacional em tais áreas. Assim, visando a atender a demanda de assistência religiosa, a Igreja Católica cria novos territórios diocesanos. Dessa forma, as dioceses criadas após 1980 remeter-se-ão ao T3 de nosso estudo, último tempo de análise.

Com tais tempos de difusão, priorizamos a leitura da dinâmica da territorialidade católica no espaço fluminense. Evidenciamos que, em um espaço tão plural e intenso em suas apresentações, teremos estratégias e ações diretas por parte do agente institucional. Em contraponto ao dinâmico espaço fluminense, encontra-se o espaço capixaba, segundo foco de nossa análise, e com sua periodização impressa no subitem a seguir. Vale salientar que esta se encontra diferenciada a fim

de permitir uma maior compreensão do fenômeno espacial em estudo.

O Estado do Espírito Santo poderá ser lido economicamente por quatro *eixos centrais* ao longo de diferentes tempos. Tal qual a distribuição populacional, a implantação de territórios diocesanos seguirá a lógica de implantação fundada na hierarquia dos lugares centrais, fundadas em locais que exerciam centralidade em relação aos demais ao longo do tempo de análise. Logo, descortinamos a escala difusional para vislumbrar a lógica dos territórios católicos no referido espaço: o primeiro marco da territorialidade católica imprimiu-se no **centro de difusão** inicial dessa rede diocesana. Ressalta-se, contudo, que tal foco deriva de um desmembramento da diocese de São Lourenço de Niterói, o que configura, nesse recorte espacial, a inter-relação entre os espaços fluminense e capixaba.

O contexto socioeconômico, marcado pela estagnação econômica do espaço capixaba, nos permite observar uma lentidão na implantação de seus territórios diocesanos. Somente mediante o aumento populacional do Estado, teremos a implantação de dioceses. O segundo tempo de difusão abrange as dioceses implantadas no decorrer da década de 1950; o último tempo difusional, remete-se às dioceses surgidas após a implantação de novos pólos econômicos no referido estado, datados da década de 1990. Em consonância com o percebido no espaço fluminense, as dioceses surgidas derivam de um aumento populacional da área, que aprisiona alta disponibilidade de bens e serviços. Contudo salienta-se que, mediante pesquisa empírica, foi possível constatar que dado o aumento de outras

religiões nos limites diocesanos estabelecidos, já existem projetos da Igreja Católica para implantação de novos territórios em outras áreas detentoras de forte centralidade.

Na escolha desses tempos de difusão, perceberemos que tais desmembramentos ocorreram em diferentes tempos tendo por base as cidades consideradas pólos de concentração econômica. Tais desmembramentos buscam maior assistência e controle da população religiosa dentro do tempo de recorte da pesquisa.

Elucidamos a importância deste estudo geográfico, pois, uma vez que a Instituição Católica apresenta rearranjos espaciais hierárquicos ao longo do tempo de análise, será possível ler as transformações socioespaciais que norteiam tais ações territoriais marcadas no espaço. A difusão da fé doutrinária católica segue, em sua territorialização, a implantação de dioceses em cidades de expressividade econômica e, quase sempre, integradas a vias de circulação. Configura-se por uma estratégia de difusão marcada por demanda espiritual e interesses sociopolíticos e socioeconômicos.

CONCLUSÕES E APREENSÕES _____

O término da investida científica não esgota as possibilidades acerca do objeto proposto. Ao finalizarmos o presente artigo, respondemos aos nossos questionamentos e despertamos para novas proposições. Entender a territorialidade católica, descortinando seu espaço-tempo de gestão religiosa nos territórios fluminense e capixaba, era nosso objetivo e acreditamos tê-lo alcançado. Nossa busca, com foco na instituição religiosa Igreja Católica Apostólica Romana, teve-se a

procurar os fatos externos (visíveis) de uma realidade interna e espiritual (invisível). A Igreja apresentou uma caminhada a fim de difundir sua fé doutrinária e gerir sua população religiosa, sendo o descortinar desse itinerário útil às nossas análises.

A territorialidade imprime-se como um atributo comportamental intrínseco ao indivíduo social e aos grupos organizados.

A territorialidade, como um proponente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p.219).

Nesse sentido, a Instituição Católica apresenta uma nítida dimensão espacial em suas ações na esfera institucional. O implantar de novos territórios religiosos – sejam eles diocesanos ou paroquiais – deriva de um estudo cuidado, de uma seletividade espacial. Assim, a pesquisa aqui transposta visou a compreender em quais contextos desenrolou-se a ação territorial da Igreja Católica nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, desvelando os contextos socioespaciais impressos nos tempos de difusão da fé doutrinária católica por nós delimitados. Nesse processo, emergiram diferentes periodizações, que se adequam diretamente às desigualdades percebidas entre os Estados.

Na comparação entre as redes diocesanas fluminense e capixaba, percebemos consonâncias e dissonâncias. Com vistas à territorialidade católica no espaço fluminense, informações foram apreendidas. As dioceses foram implantadas em

cidades de diferentes aspectos socioeconômicos. Contudo, tais desmembramentos apresentam singularidades geográficas: os territórios diocesanos foram implantados em centros urbanos, que exprimiam centralidade na construção da rede socioeconômica fluminense na época de sua criação, em um dos três tempos difusionais por nós elencados. A lógica de implantação dos territórios religiosos diocesanos no espaço fluminense funda-se na hierarquia dos lugares centrais e segue, em primeira importância, a lógica de ocupação populacional desse Estado. Partindo do litoral para o interior, veremos o desmembramento de dioceses ao longo do recorte temporal estudado.

Salientamos que a difusão dos territórios diocesanos aderiu a uma difusão hierárquica, com saltos espaçotemporais. Outro lado a ser percebido, é a forte presença de ordens religiosas neste recorte. Jesuítas, beneditinos², entre outros grupos religiosos, foram importantíssimos para a difusão da fé no tempo pretérito deste recorte e ainda hoje figuram em sua área limítrofe.

A territorialidade católica fluminense segue diferentes escalas de controle em suas jurisdições eclesásticas. Teremos dioceses mais detentoras de paróquias do que outras, o que justifica nas primeiras a necessidade de um controle efetivo pela instituição. Para comparação, segue a tabela abaixo:

TABELA 1: DIOCESES FLUMINENSES

Dioceses	Ano de Criação	Número de Municípios	Número de Paróquias
Barra do Piraí – Volta Redonda	1922	10	22
Campos	1922	17	36
Duque de Caxias	1980	2	19
Itaguaí	1980	5	17
Niterói	1892	14	57
Nova Friburgo	1960	19	45
Nova Iguaçu	1960	6	43
Petrópolis	1946	8	34
São Sebastião do Rio de Janeiro (Arquidiocese)	1676	1	240
Valença	1925	9	26

Fonte: Anuário Católico do Brasil, 2000 * Elaborador por TERRA, A. C. L. (2006)

Como já apresentado, as dioceses de São Sebastião do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias e de Itaguaí foram implantadas em áreas de forte crescimento populacional e centralidade logística. No caso de Duque de Caxias, em especial, a força

das CEBs³ apresenta grande projeção. Por tais fatores, acreditamos ser esse controle religioso tão efetivo em nível local.

A territorialidade católica no Espírito Santo segue a distribuição populacional. Sua

lógica de implantação apropriou-se da hierarquia dos lugares centrais, (CORRÊA, 1997; RIBEIRO, 2000) uma vez que as dioceses do Estado – Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e Colatina, respectivamente – foram fundadas nos quatro eixos centrais que configuram a rede urbana capixaba. É interessante vislumbrar que tal implantação aconteceu a partir de um foco inicial ocorrendo, na logística de controle da Igreja, um espraiamento das dioceses a partir do desmembramento do foco inicial.

No Estado do Espírito Santo, tal qual, no Estado do Rio de Janeiro, é forte a presença de ordens religiosas, especialmente de jesuítas e franciscanos. No espaço capixaba, essas ordens foram responsáveis não só pela ação de evangelizar, como também pela ação social – com a criação de escolas e conventos – e pela ação econômica, sendo responsáveis por algumas fazendas atuais do estado.

Em comparação com a rede fluminense, o controle dos territórios religiosos no espaço capixaba figura-se em outras escalas de poder e segue a tabela abaixo:

TABELA 2: DIOCESES CAPIXABAS

Dioceses	Ano de Criação	Número de Municípios	Número de Paróquias
Cachoeiro de Itapemirim	1958	29	35
Colatina	1990	17	23
São Mateus	1990	19	18
Vitória (Arquidiocese)	1895	14	42

Fonte: Anuário Católico do Brasil, 2000 *Elaborador por TERRA, A. C. L. (2006)

O contingente paroquial e municipal figura de forma consoante entre as dioceses capixabas. Acreditamos que tal realidade deriva de todas as cidades com dioceses apresentarem grau regular de importância perante a rede urbana capixaba.

A espacialização das dioceses permite conceber a diferenciação das áreas e as diferenças e semelhanças das estratégias institucionais do gestor religioso. Dentre as semelhanças, elucidamos que os territórios religiosos foram implantados em cidades de diferentes aspectos socioeconômicos, mas localizadas em centros

urbanos. Nas diferenças relatamos os tempos difusionais das redes diocesanas que, com vistas ao controle da população religiosa, encontram-se diferenciados. Mediante nosso estudo, acreditamos que a partir da configuração de uma nova realidade socioespacial, a Igreja Católica adotará novas práticas de gestão, resultando em novas dioceses e paróquias em suas redes diocesanas.

Ao final de nosso estudo, verificamos as impressões concernentes às práticas da instituição religiosa católica e a devoção do homem religioso no lugar que as pratica. Este homem funciona como

um transmissor das ideias, valores e condutas elencadas pela fé católica, servindo como nó em redes sociais menores. Enfim, esperamos, com essa pesquisa, ter auxiliado na compreensão da dinâmica da fé católica nos espaços fluminense e capixaba, permitindo novas propostas e metodologias aos geógrafos encantados com as relações entre o sagrado e o espaço.

NOTAS

- ¹ Mestre em Geografia. Anacarolina.terra@gmail.com
- ² Detentores da Abadia Territorial de Nossa Senhora de Monserrate, localizada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- ³ Comunidades Eclesiais de Base

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, S. *A Territorialidade da Igreja Católica no Nordeste Brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p.120.
- BERQUE, A. Paisagem Marca – Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). *Paisagem Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-92.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura no campo religioso. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CARNIELLI, Pe. A. *História da Igreja no Estado do Espírito Santo 1553-2000*. Vitória: Gráfica Jap, 2005.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. *Trajetórias Geográficas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DEFFONTAINES, P. *Géographie et Religions*. 4. ed. Paris: Gallimard, 1948.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano - A Essência das Religiões*. Tradução por Rogério Fernandes. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1962.
- FICKELER, P. Grundfragen der Religionsgeographie. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, n.7, p.7-35.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- HAGERSTRAND, T. The domain of Human Geography. *Directions in Geography*. London: Methuen, 1973.
- HOORNAERT, E. *A Igreja no Brasil – Colônia 1550-1800*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____.; AZZI, R.; GRIJP K. V. D.; BROD, B. *História da igreja no Brasil Primeira Época*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- RIBEIRO, M. A. C. Abordagens analíticas das redes geográficas. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 20, p.77-105, 2000.
- ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- _____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p.191-226.
- _____. Os Caminhos da Construção Teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Espaço e Cultura: Pluralidade Temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.47-78.
- SACK, R.D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SILVA, C. A. F. Os Avatares da teoria da Difusão espacial: Uma Revisão Teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n.50, 1995.
- TERRA, A. C. L. A Territorialidade da Igreja Católica nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS. 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Dourados: UFGD, 2006.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.
- SOPHER, D. *Geography of Religions*. London: Englewood Cliffs, Prentice Hall Inc., 1967.
- SORRE, M. *Reencontres de la Géographie et de la Sociologie*. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cia, 1957.

ABSTRACT

IN THIS PAPER, THE ANALYSIS RESTS ON THE POLITICAL DIMENSION OF THE SPATIALITY OF THE SACRED. THE CATHOLIC STUDY OF TERRITORIALITY IN THE STATES OF RIO DE JANEIRO AND THE HOLY SPIRIT CONFIGURES THE SPATIAL INTERPRETATION OF THE GENESIS AND MANAGEMENT OF RELIGIOUS DIOCESES RIO DE JANEIRO AND CAPIXABA, RECOGNIZED AS THE RELIGIOUS TERRITORIES CNBB - NATIONAL CONFERENCE OF BRAZILIAN BISHOPS -; ADDITION TO PRIORITIZE THE MAPPING AND UNDERSTANDING THE NETWORKS THAT MARK THE RELIGIOUS LANDSCAPE. SINCE THE CATHOLIC CHURCH SEEKS, WITH ITS STRATEGIES, MEET THE DEMANDS OF FAITH AND MAINTAIN THEIR CONTROL ON PERSONS AND THINGS, IT IS POSSIBLE, THROUGH THE READING OF RELIGION, PORTRAYING THE PROCESS OF OCCUPATION AND SOCIO-SPATIAL CHANGES OCCURRING AREAS OF STUDY SELECTED.

KEYWORDS: RELIGIOUS TERRITORY, TERRITORIALITY RELIGIOUS, CATHOLIC CHURCH; DIOCESES CAPIXABAS; DIOCESES FLUMINENSE